



# Certificado de Grupo FSC® e PEFC™ de Gestão Florestal

## Condicionantes Legais da Gestão Florestal Sustentável em Portugal



**REGIA-DOURO PARK**

Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real

5000 - 033 Vila Real, Portugal

Tlf.: +351 259 308 233/200

e-mail: [geral@cernams.com](mailto:geral@cernams.com)

[www.cernams.com](http://www.cernams.com)

**Junho, 2018**

## **ÍNDICE**

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>4</b>
<b>3.</b>	<b>CONTEUDOS NORMATIVOS .....</b>	<b>4</b>
<b>4.</b>	<b>FONTES DE DADOS E ATUALIZAÇÃO CONTINUADA.....</b>	<b>4</b>
	<b>ANEXO I.....</b>	<b>6</b>
	GUIA NORMATIVA DO NÍVEL SOCIOECONÓMICO .....	6
	GUIA NORMATIVA DO TERRITÓRIO, AMBIENTE E CONSERVAÇÃO.....	11
	GUIA NORMATIVA DA ATIVIDADE FLORESTAL .....	17

## 1. INTRODUÇÃO

**Francisco Álvarez Rubiños**, com D.N.I. 33.334.089-M, com domicílio para efeitos de notificação em Regia-Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real, 500-033 Vila Real, atuando em nome e representação da entidade **CERNA (PORTUGAL)**, com o N.I.F. 514 178 922, e sede em Regia-Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real, 500-033 Vila Real, Entidade de Grupo ou Entidade Gestora de Grupo no Grupo de Gestão Florestal, assume as funções de Diretor Geral, orientando a certificação da gestão florestal de áreas aderentes que cumpram os requisitos e normas dispostos pelos sistemas FSC e PEFC, manifesta que a entidade que representa se compromete formalmente a conhecer e cumprir os referenciais portugueses do FSC a curto, médio e longo prazo, assim como o sistema de certificação PEFC. Que a entidade que representa se compromete a não realizar atividades contrárias aos *Princípios e Critérios do FSC*, assim como aos *Critérios e Indicadores do PEFC*, noutras áreas de sua propriedade ou gestão fora do âmbito do Grupo de Gestão Florestal.

Que, como *Entidade de Grupo* do Grupo de Gestão Florestal, se compromete com os valores FSC e PEFC, tal e qual se definem no documento (política) *FSC-POL-01-004 V2.0* e o compromisso de implantar e manter os requisitos de acordo com o estabelecido no referencial *PEFC ST 2002:2013 2ª edição*, declarando não estar direta nem indiretamente envolvidos nas seguintes atividades:

- ✓ Extração ilegal ou comércio ilegal de madeira ou produtos florestais;
- ✓ Violações dos direitos humanos ou tradicionais nas operações florestais;
- ✓ Destruição de altos valores de conservação em operações florestais;
- ✓ Conversão significativa de áreas florestais naturais em plantações ou usos não florestais;
- ✓ Introdução de organismos geneticamente modificados nas operações florestais;
- ✓ Violação de alguma das principais convenções da OIT, tal e qual se define na Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998).

Coordenar os trabalhos e ações do Grupo de Gestão Florestal, e assumir e fazer cumprir os Princípios e Critérios da Norma FSC, e os Critérios e Indicadores da norma PEFC. Presentemente, são aplicáveis à gestão florestal: para o FSC, Desde 1 de Janeiro de 2013 que se encontra em vigor a Norma FSC de Gestão Florestal para Portugal - FSC-STD-PRT-01-2012 Plantações e Florestas Naturais Portugal PT e para o PEFC a norma vigente é Norma Portuguesa NP 4406 "Sistemas de gestão florestal sustentável - Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável"- NP 4406:2014.

## 2. OBJETIVOS

Para que assim conste, a presente *guia* contém uma listagem dos condicionantes legais que devem ser seguidos no funcionamento do *Grupo de Gestão Florestal*, incluindo as unidades que o constitui e os intervenientes, de acordo com especificando as suas responsabilidades e participação, configurando-se, de esta forma, como o documento básico e descritivo do *Sistema de Gestão Florestal de Grupo (SGC)*, desenvolvido e implementado pela Entidade *CERNA*, e o qual tem vindo a ser aplicado e testado nos grupos certificados pela *CERNA em Espanha*.

## 3. CONTEUDOS NORMATIVOS

Em anexo apresenta-se a listagem daqueles condicionantes legais de referência para a normativa dos padrões de FSC e PEFC para Portugal que são de cumprimento a nível nacional como também internacional.

Para isso apresenta-se uma distribuição em três níveis daquelas normas relacionadas com a Gestão Florestal Sustentável (GFS) em sincronia com outras normas sectoriais.

- Socioeconómico
- Território, Ambiente e Conservação
- Atividade florestal

## 4. FONTES DE DADOS E ATUALIZAÇÃO CONTINUADA

Com o passo dos anos e a constante atualização dos diplomas, das normas e demais modalidades normativas das diferentes administrações implicadas na Gestão Florestal Sustentável, torna-se necessário uma seleção de fontes de informação que estabeleçam uma atualização continuada e de fácil acesso para todos os atores implicados. A partir da entidade de grupo estabelecer-se-ão partilhas de informação legal entre entidades colaboradoras para manter uma atualização o mais rigorosa possível com as últimas novidades.

Em caso de ser necessária alguma informação legislativa específica, a Entidade de Grupo tem a possibilidade de a fornecer para quem a solicitar.

Alguma das fontes que referem os requisitos acima nomeados são as seguintes:

- LEGISLAÇÃO NACIONAL NO DOMÍNIO DO AMBIENTE - Principais diplomas legais 2009 – 2018. (<http://www.apambiente.pt>)
- LEGISLAÇÃO COMUNITARIA NO DOMÍNIO DO AMBIENTE - Principais diplomas legais em 2017. (<http://www.apambiente.pt>)
- Enquadramento Legal da CITES – Nacional e Comunitária (<http://www2.icnf.pt/portal/cites>)
- Enquadramento Legal da caça (<http://www2.icnf.pt/portal/caca/legis/reg-lei-bas-ger-caca>)
- Enquadramento Legal das Áreas Protegidas (<http://www2.icnf.pt/portal/ap>)
- Enquadramento Legal das Florestas (<http://www2.icnf.pt/portal/ap>)
- Enquadramento Legal do Ordenamento do Território ([http://www.dgterritorio.pt/legislacao/ordenamento\\_e\\_cidades/](http://www.dgterritorio.pt/legislacao/ordenamento_e_cidades/))
- Diário da República. (<https://dre.pt/>)

Como prova de conformidade com tudo o exposto, e para que assim conste para os devidos efeitos, é assinado o presente documento em Vila Real, a 26 de junho de 2018.



**Ass.: Francisco Álvarez Rubiños**  
(CERNA – Attractive Cascade Unipessoal, Lda.)  
*Diretor Geral do Grupo de Gestão Florestal*



**Ass.: Oscar L. Expósito Fernández**  
(CERNA – Attractive Cascade Unipessoal, Lda.)  
*Diretor Executivo do Grupo de Gestão Florestal*



## ANEXO I

### Guia normativa do nível **Socioeconómico**

LINHA TEMÁTICA	ANO	NORMA	DESCRIÇÃO
Economico	2015	Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro	Aprovação de um novo Programa Nacional de Turismo de Natureza.
Economico	2012	D-L n.º 199/2012 de 24 de agosto	Exercício da atividade de animação turística por agências de viagem e turismo
Economico	2017	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017	Aprova a Estratégia para o Turismo 2027
Economico	2014	D-L n.º 128/2014, de 29 de agosto	Regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local
Economico	2013	Decreto-Lei n.º 76/2013, de 5 de junho	Cria o registo de operador e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações ao Regulamento (UE) n.º 995/2010, definindo as medidas de controlo e fiscalização da sua aplicação no território nacional.
Economico	2003	Decreto-Lei n.º 147/2003 de 11 de Julho, retificado pela Declaração de Rectificação n.º 10-C/2003	Regime de bens em circulação objecto de transacções entre sujeitos passivos de IVA, nomeadamente quanto à obrigatoriedade e requisitos dos documentos de transporte que os acompanham
Economico	2013	Portaria n.º 161/2013 de 23 de Abril	Em complemento da Lei n.º 147/2003, de 11 de Julho, (Artigo 3.º, actualizada na Lei n.º 82/2014 de 31 de Dezembro) no que diz respeito a transporte de produção silvícola não própria
Economico	2005	Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto	Constituição da República Portuguesa
Economico	2018	Lei n.º 8/2018, de 2 de março	Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
Economico	2014	Lei n.º 2/2014	CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
Economico	2014	Portaria n.º 267/2014, de 18 de dezembro	Taxas da atividade cinegética
Economico	2003	Decreto-Lei n.º 287/2003, 12/11	CIMT – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
Economico	2014	D-L n.º 162/2014, de 31 de outubro	CFI – Código Fiscal do Investimento
Economico	2016	Lei n.º 7-A/2016 de 30/03	CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
Economico	2009	Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro	Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

Economico	2012	RCM n.º 56/2012, de 5 de julho	EFFIGF – Estatuto Fiscal e Financeiro no Investimento e na Gestão Florestal
Economico	2014	D-L n.º 162/2014, de 31 de outubro	CFI – Código Fiscal do Investimento
Economico	2015	DL n.º 165/2015, de 17 de Agosto	Procede à regulamentação da Lei dos Baldios, aprovada pela Lei n.º 68/93, de 4 de setembro
Economico	2007	Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio	Aprova o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, visando a criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC)
Economico	2003	D-L n.º 287/2003, de 12 de novembro	CIMT – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
Economico	2016	Lei n.º 31/2016	Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos
Economico	2017	Decreto-lei 29/2017, de 16 de março	RNDG – Registo Nacional de Dados Geográficos
Economico	2017	Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro	CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis
Economico	2015	Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro	Aprova o novo Código do Procedimento Administrativo
Economico	2008	Lei n.º 20/2008, de 21 de Abril	Transposição da Decisão Quadro n.º 2003/568/JAI, do Conselho, de 22 de Julho – o regime de responsabilidade penal por crimes de corrupção cometidos no comércio internacional e na actividade privada
Socioeconomico	2009	Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro	NRAR – Novo Regime de Arrendamento Rural
Socioeconomico	2010	Lei n.º 32/2010, de 2 de Setembro	Pacote Anti-corrupção
Socioeconomico	2010	Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro	Pacote Anti-corrupção
Socioeconomico	2010	Lei n.º 36/2010, de 2 de Setembro	Pacote Anti-corrupção
Socioeconomico	2010	Lei n.º 37/2010, de 2 de Setembro	Pacote Anti-corrupção
Socioeconomico	2010	Lei n.º 38/2010, de 2 de Setembro	Pacote Anti-corrupção
Socioeconomico	2010	Lei n.º 43/2010, de 3 de Setembro	Pacote Anti-corrupção
Socioeconomico	2010	Lei n.º 42/2010, de 3 de Setembro	Pacote Anti-corrupção
Socioeconomico	2010	Lei n.º 41/2010, de 3 de Setembro	Pacote Anti-corrupção
Socioeconomico	2014	Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro	Arrendamento rural
Laboral	2006	Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro	Igualdade no acesso a emprego e no trabalho
Laboral	1982	Decreto-Lei n.º 2/82, de 5 de janeiro	Determina a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais
Laboral	1993	Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro	Prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho

Laboral	1993	Portaria nº 987/93, de 6 de outubro	Regulamentação das normas técnicas respeitantes às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho
Laboral	1993	Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro	Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de protecção individual no trabalho
Laboral	1993	Portaria nº 988/93, de 6 de outubro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Protecção Individual, previstas no Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro
Laboral	1993	Portaria nº 1131/93, de 4 de novembro	Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual
Laboral	1993	Decreto-Lei nº 128/93, de 22 de março	Prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de instrumentos de medição e de equipamentos de protecção individual
Laboral	1993	Decreto-Lei nº 349/93, de 1 de outubro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor
Laboral	1993	Portaria nº 989/93, de 6 de outubro	Estabelece as normas técnicas de execução das prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor
Laboral	1993	Decreto-Lei nº 330/93, de 25 de setembro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas
Laboral	1995	Decreto-Lei nº 214/95, de 18 de Agosto	Estabelece as condições de utilização e de comercialização de máquinas usadas,
Laboral	1995	Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho	Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho
Laboral	1995	Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro	Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho
Laboral	1999	Decreto-Lei nº 159/99, de 11 de maio	Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes
Laboral	2000	Decreto-Lei nº 291/2000, de 14 de Novembro	Regulamento de homologação dos tratores agrícolas e florestais de rodas
Laboral	2000	Portaria nº 172/2000, de 23 de Março	Definição de máquinas usadas
Laboral	2000	Decreto-Lei nº 301/2000, de 18 de novembro	Regula a protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho



Laboral	2002	DL 76/02, de 26/03;	Regulamento das emissões sonoras para o ambiente do equipamento para utilização no exterior.
Laboral	2005	Decreto-Lei nº 50/2005, de 25 de fevereiro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho
Laboral	2006	Decreto-Lei nº 182/2006, de 6 de setembro	Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído)
Laboral	2006	Decreto-Lei nº 46/2006, de 24 de fevereiro	Prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes à exposição dos trabalhadores aos riscos devidos a vibrações mecânicas)
Laboral	2006	Decreto-Lei nº 221/2006, de 8 de novembro	Estabelece as regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior
Laboral	2007	Decreto-Lei nº 333/2007, de 10 de Outubro	Regulamento relativo ao nível sonoro à altura dos ouvidos dos condutores de tratores agrícolas ou florestais de rodas.
Laboral	2008	Decreto-Lei nº 103/2008, de 29 de Dezembro	Regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios,
Laboral	2009	Decreto-Lei n.º 313/2009 de 27/10	Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir (RHLC)
Laboral	2009	Lei nº 102/2009, de 10 de setembro	Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho
Laboral	2009	Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Código do trabalho
Laboral	2009	Lei nº 98/2009, de 4 de setembro	Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais
Laboral	2009	Decreto-Lei nº 293/2009, de 13 de outubro	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) nº 1907/2006 , do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos
Laboral	2010	Decreto-Lei nº 98/2010, de 11 de agosto	Estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente
Laboral	2011	Decreto-Lei nº 81/2011, de 20 de junho	Regula elementos e características dos tratores agrícolas ou florestais de rodas
Laboral	2011	Portaria nº 256/2011, de 5 de julho	Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respetivas

Laboral	2012	Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho	Licença de Condução para Tratores Agrícolas
Laboral	2012	Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto	Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho
Laboral	2012	Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro	Consolida as prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho
Laboral	2012	Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro	Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e mistura
Laboral	2015	Portaria n.º 71/2015, de 10 de março	Aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde
Laboral	2015	Lei n.º 120/2015, de 1 de Setembro	Alteração ao Código do Trabalho, reforçando os direitos de maternidade e paternidade
Laboral	2015	Lei n.º 107/2015, de 25 de Agosto	Consolidação da legislação em matéria de direitos das associações de mulheres
Laboral	2015	Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de Abril	Fundo de Garantia Social
Laboral	2015	Lei n.º 28/2015, de 14 de Abril	Consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade
Laboral	2015	Lei n.º 9/2015, de 11 de Fevereiro	Primeira alteração à Lei n.º 14/2008, de 12 de Março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de Dezembro.
Laboral	2009	Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	CT – Código do Trabalho
Laboral	2009	Lei 102/2009 de 10 de setembro	Regime Jurídico da Promoção da Segurança e saúde no Trabalho;
Laboral	2009	Lei 98/2009, de 4 de setembro	Regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais
Laboral	2010	Portaria 55/2010, de 21 de janeiro	Conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a atividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador
Laboral	2013	Lei n.º 76/2013, de 7 de novembro	Renovação extraordinária de contratos de trabalho a termo certo

## Guia normativa do Território, Ambiente e Conservação

LINHA TEMÁTICA	ANO	NORMA	DESCRIÇÃO
Ambiente-Conservação	2008	Portaria n.º 53/2008. D.R. n.º 13, Série I de 2008-01-18	Aprova a Carta de Desporto de Natureza e respetivo Regulamento do Parque Natural de Sintra-Cascais.
Ambiente-Conservação	2008	RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho	Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.
Ambiente-Conservação	2005	DL n.º 49/2005, 24 de fevereiro	Avaliação de Incidências Ambientais (AlncA)
Ambiente-Conservação	1966	DL n.º 47344/66, de 25 de Novembro	Código Civil
Ambiente-Conservação	1988	Lei n.º 90/88, de 13 de agosto	Confere o Estatuto de Espécie Protegida
Ambiente-Conservação	1990	Decreto-Lei n.º 139/90, de 27 de abril	Confere o Estatuto de Espécie Protegida
Ambiente-Conservação	1993	Decreto n.º 21/93, de 21 de junho (D. R. n.º 143, Série I)	Convenção sobre Diversidade Biológica
Ambiente-Conservação	2001	RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro	ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
Ambiente-Conservação	2014	RAR n.º 81/2014, de 1 de outubro	ENF – Estratégia Nacional para as Florestas
Ambiente-Conservação	1999	D-L n.º 565/99, de 21 de dezembro	Espécies não indígenas e invasoras
Ambiente-Conservação	2009	Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio	Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das Empresas de Animação Turística e dos Operadores Marítimo-Turísticos, conformando este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.
Ambiente-Conservação	2001	Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio	Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira.
Ambiente-Conservação	2008	Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho	Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.
Ambiente-Conservação	2014	Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho	Estabelece os critérios de classificação e desclassificação de arvoredo de interesse público
Ambiente-Conservação	2012	RAR n.º 15/2012, de 10 de Fevereiro.	Institui o Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal.
Ambiente-Conservação	1987	Lei n.º 11/87, de 7 de abril,	LBA – Lei de Bases do Ambiente
Ambiente-Conservação	1999	Lei n.º 173/99, de 21 de setembro	LBGC – Lei de Bases Gerais da Caça, regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos
Ambiente-Conservação	1996	Lei n.º 33/96, de 17 de agosto	LBPF – Lei de Bases da Política Florestal

Ambiente-Conservação	2014	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio	LBPSOTU – Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo: programas das áreas protegidas
Ambiente-Conservação	2011	Decreto -Lei n.º 5/2011, de 10 de janeiro	Medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal
Ambiente-Conservação	2003	D-L n.º 72/2003, de 10 de abril	OGM – Organismos Geneticamente Modificados
Ambiente-Conservação	2015	Decreto-Lei n.º 55/2015, de 17 de abril	OGM – Organismos Geneticamente Modificados
Ambiente-Conservação	2014	Despacho Normativo n.º 1/2014 (2.ª série), de 3 de janeiro	PAN 2014-2016 – Programa Apícola Nacional 2014-2016
Ambiente-Conservação	2011	D-L n.º 95/2011, de 8 de Agosto	PANCNMP – Programa de Ação Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro
Ambiente-Conservação	2015	Despacho n.º 8726/2015, de 7 de Agosto	Plano de Acção para a Conservação do Lince Ibérico ( <i>Lynx pardinus</i> ) em Portugal
Ambiente-Conservação	2017	Despacho n.º 9727/2017	Plano de Acção para o Lobo
Ambiente-Conservação	2004	Decreto n.º 7/2004, de 17 de Abril	Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica
Ambiente-Conservação	2002	Decreto n.o 7/2002	Protocolo de Quioto
Ambiente-Conservação	2009	D-L n.º 73/2009, de 31 de março	RAN – Reserva Agrícola Nacional
Ambiente-Conservação	1989	D-L n.º 423/89, de 4 de Dezembro	Regime de protecção do azevinho espontâneo <i>Ilex aquifolium</i> L..
Ambiente-Conservação	1954	Lei n.º 2069, de 24 de abril de 1954	Regime Florestal
Ambiente-Conservação	2013	D-L n.º 96/2013, de 19 de julho	Regime Jurídico a que estão sujeitas as ações de arborização e rearborização (RJAAR)
Ambiente-Conservação	2015	Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de Agosto	Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente
Ambiente-Conservação	2012	Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro	Regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público
Ambiente-Conservação	2015	Decreto Lei n.º 242, de 15 de Outubro	Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade
Ambiente-Conservação	2012	Decreto Regional n.º 15/2012/A	Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e define medidas para o controlo de espécies invasoras
Ambiente-Conservação	2004	Decreto -Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto	Regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos
Ambiente-Conservação	2015	Decreto-Lei n.º 181/2015, de 28 de Agosto	Regime jurídico da resinagem e da circulação de resina de pinheiro no Continente
Ambiente-Conservação	2013	Decreto - Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	Regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA)

Ambiente-Conservação	2015	Decreto-lei 77/2015, de 12 de Maio	Regime jurídico de colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie <i>Pinus pinea</i> L. (pinheiro-manso)
Ambiente-Conservação	1999	Decreto Regulamentar n.º 18/99. D.R. n.º 200, Série I-B de 1999-08-27	Regula a Animação Ambiental nas modalidades de Animação, Interpretação Ambiental e Desporto de Natureza nas Áreas Protegidas, bem como o respetivo processo de Licenciamento (apenas em vigor o artigo 6.º).
Ambiente-Conservação	2013	Lei n.º 26/2013, 11 de abril	Regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos
Ambiente-Conservação	1999	Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril	Transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (Directiva Aves) e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (Directiva Habitats).
CITES	2009	Portaria n.º 1226/2009. D.R. n.º 197, Série I de 2009-10-12	Aprova a lista de espécies de cujos espécimes vivos, bem como dos híbridos deles resultantes, é proibida a detenção.
CITES	1980	Decreto n.º 50/80. D.R. n.º 168, Série I de 1980-07-23	Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção.
CITES	2009	Decreto-Lei n.º 211/2009, D.R. n.º 171, Série I de 2009-09-03	Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), do Regulamento (CE) n.º 338/97, do Conselho, relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio, e do Regulamento (CE) n.º 865/2006 da Comissão, revogando o Decreto-Lei n.º 114/90, de 5 de abril.
CITES	2009	Portaria n.º 1178/2009. D.R. n.º 194, Série I de 2009-10-07	Estabelece o montante das taxas devidas pelos serviços prestados pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

CITES	2009	Portaria n.º 1225/2009. D.R. n.º 197, Série I de 2009-10-12	Identifica as estâncias aduaneiras sob jurisdição nacional em que são executadas as verificações e formalidades relativas à introdução na Comunidade Europeia de espécimes de espécies inscritas nos anexos A, B, C e D do Regulamento (CE) n.º 338/97, do Conselho, e à sua exportação para fora da Comunidade Europeia.
CITES	2010	Portaria n.º 7/2010. D.R. n.º 2, Série I de 2010-01-05	Regulamenta as condições de organização, manutenção e atualização do Registo Nacional CITES e as condições do exercício das atividades que impliquem a detenção de várias espécies.
Património	1979	Decreto n.º 95/81, de 23 de julho.	Convenção de Berna
Património	2008	RAR n.º 47/2008	Convenção de Faro
Património	2001	Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural
Património	2009	Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro.	Regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda Património Cultural
Património	1989	Decreto-Lei n.º 316/89, 22 de setembro.	Regulamentação da Convenção de Berna
Territorio-Ambiente	2013	D-L n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	AIA – Avaliações de Impacte Ambiental – em “áreas sensíveis”
Territorio-Ambiente	2004	Portaria n.º 1465/2004. D.R.n.º 294, Série I-B de 2004-12-17	Aprova a Carta de Desporto de Natureza e respetivo Regulamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
Territorio-Ambiente	2006	RCM n.º 65/2006, de 26 de maio	Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
Territorio-Ambiente	2008	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, 21 de julho	Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.
Territorio-Ambiente	2000	RCM n.º 76/2000, de 5 de julho	Aprovada 1ª fase da Lista Nacional de Sítios
Territorio-Ambiente	1982	Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro	Código Penal
Territorio-Ambiente	2003	D-L n.º 205/2003, de 12 de setembro	Comercialização de Materiais Florestais de Reprodução (MFR), e estabelece as normas gerais aplicáveis à produção e comercialização de Materiais Florestais de Reprodução
Territorio-Ambiente	1995	Decreto-Lei n.º 218/95. D.R. n.º 197, Série I-A de 1995-08-26	Condicionantes às atividades de lazer com veículos motorizados em Áreas Protegidas, Zonas Especiais de Protecção, praias e dunas.
Territorio-Ambiente	1989	Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de julho	Constituição da República Portuguesa
Territorio-Ambiente	2012	Lei n.º 62/2012, de 10 de Dezembro.	Criação da bolsa de terras
Territorio-Ambiente	2008	D-L n.º 147/2008, de 29 de julho	Danos ambientais e responsabilidade pelos mesmos



Territorio-Ambiente	2012	Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro	Define as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional (REN)
Territorio-Ambiente	2009	Portaria n.º 651/2009. D.R. n.º 112, Série I de 2009-06-12	Define o Código de Conduta a adotar pelas Empresas de Animação Turística e dos Operadores Marítimo-Turísticos que exerçam atividades reconhecidas como Turismo de Natureza e o logótipo que os identifica.
Territorio-Ambiente	2010	RCM n.º 24/2010, de 1 de abril	ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
Territorio-Ambiente	2013	RCM n.º 20/2013, de 10 de abril	ENE 2020 – Estratégia Nacional para a Energia 2020
Territorio-Ambiente	2009	Decreto-Lei n.º 191/2009, D.R. n.º 158, Série I, de 2009-08-17	Estabelece as bases das Políticas Públicas de Turismo e define os instrumentos para a respetiva execução.
Territorio-Ambiente	2006	Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Territorio-Ambiente	2014	Portaria n.º 122/2014, de 16 de junho	Isenção do pagamento de taxas em áreas do SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas
Territorio-Ambiente	2005	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	LA – Lei da Água
Territorio-Ambiente	1998	Lei n.º 48/98, de 11 de agosto	LBPOTU – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo
Territorio-Ambiente	1999	D-L n.º 380/99, de 22 de setembro	LBPOTU – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo
Territorio-Ambiente	2008	Lei n.º 7/2008, 15/02	Lei da Pesca nas Águas Interiores
Territorio-Ambiente	2014	RCM n.º 78/2014, de 24 de dezembro	PANCD – Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação
Territorio-Ambiente	2013	Portaria n.º 304/2013, de 16 de outubro	PANUSPF – Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos
Territorio-Ambiente	2009	Portaria n.º 1284/2009, de 19 de outubro	PGBH – Plano(s) de Gestão de(das) Bacia(s) Hidrográfica(s)
Territorio-Ambiente	2004	Portaria n.º 1185/2004, de 15 de setembro	PMDFCI – Plano(s) Municipal(ais) de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Territorio-Ambiente	2007	D-L n.º 353/2007, de 26 de outubro	Procedimento de delimitação do DPH
Territorio-Ambiente	1982	Decreto-Lei n.º 143/82 de 26 de Abril	Proteção a marcos geodésicos
Territorio-Ambiente	1989	D-L n.º 139/89, de 28 de abril	Proteção do relevo natural, do solo arável e do revestimento vegetal
Territorio-Ambiente	2012	RCM n.º 88/2012, de 18 de outubro	RAA – Recuperação de Áreas Ardidas - (incêndios de grande dimensão e gravidade)
Territorio-Ambiente	2009	Portaria n.º 261/2009, de 12 de março	Reconhecimento, pelo ICNF, I.P., de empreendimentos de Turismo Natureza

Territorio-Ambiente	2009	Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de outubro	Regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas
Territorio-Ambiente	2007	DL 226-A/2007, 31 Maio	Regime de Utilização dos Recursos Hídricos
Territorio-Ambiente	2005	D-L n.º 203/2005, de 25 de novembro	Regime jurídico do ordenamento e sanidade apícolas
Territorio-Ambiente	2014	Despacho n.º 5712/2014, de 30 de abril	Regulamento da rede viária florestal
Territorio-Ambiente	2004	Portaria n.º 680/2004, de 19 de junho	Regulamento de Aplicação da "Intervenção Florestação de Terras Agrícolas", do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS)
Territorio-Ambiente	2008	Portaria n.º 1137-B/2008	Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.2, «Ordenamento e Recuperação de Povoamentos», PRODER
Territorio-Ambiente	2014	Despacho n.º 7511/2014, de 9 de junho	Regulamento do fogo técnico
Territorio-Ambiente	2014	Portaria n.º 204/2014, de 8 de outubro	Regulamento do Módulo RJAAR
Territorio-Ambiente	2014	Despacho n.º 5802/2014, de 2 de maio	Regulamento dos equipamentos florestais de recreio
Territorio-Ambiente	2014	Despacho n.º 5711/2014, de 30 de abril	Regulamento dos pontos de água
Territorio-Ambiente	2012	D-L n.º 239/2012, de 2 de novembro	REN – Reserva Ecológica Nacional
Territorio-Ambiente	2015	Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio	Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
Territorio-Ambiente	2014	D-L n.º 141/2014, de 19 de setembro	RNDG – Registo Nacional de Dados Geográficos
Territorio-Ambiente	2005	Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro	Titularidade dos recursos hídricos e servidões; no art.º 11.º, noção de margem e sua largura
Territorio-Ambiente	2005	D-L n.º 127/2005, de 5 de agosto	Zonas de Intervenção Florestal – ZIF

## Guia normativa da Atividade Florestal

LINHA TEMÁTICA	ANO	NORMA	DESCRIÇÃO
Florestal	1901	Decreto de 31 de dezembro de 1901	RF – Regime Florestal
Florestal	1903	Decreto de 30 de dezembro de 1903	RF – Regime Florestal
Florestal	1905	Decreto de 21 de julho de 1905	RF – Regime Florestal
Florestal	1939	Lei n.º 1971, de 15 de junho de 1938	RF – Regime Florestal
Florestal	1954	Lei n.º 2069, de 24 de abril de 1954	RF – Regime Florestal
Florestal	1988	Decreto-Lei n.º 174/88, de 17 de maio	Manifesto de Corte ou Arranque de Árvores
Florestal	2005	Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro	Só podem circular determinados vegetais e produtos vegetais, potenciais hospedeiros de pragas e doenças de quarentena, no país e no espaço da União Europeia, se devidamente acompanhados de passaporte fitossanitário
Florestal	2005	Decreto-Lei n.º 99/2005, de 21 de junho	Regulamento Que Fixa os Pesos e as Dimensões Máximos Autorizados para os Veículos em Circulação
Florestal	2007	Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho	Regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias
Florestal	2011	Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto	Manifesto de exploração de material de coníferas hospedeiras do nematodo da madeira do pinheiro
Florestal	2013	Portaria n.º 161/2013 de 23 de Abril	Em complemento da Lei nº147/2003, de 11 de Julho, (Artigo 3º, atualizada na Lei nº 82/2014 de 31 de Dezembro) no que diz respeito a transporte de produção silvícola não própria
Florestal	2015	Decreto-Lei n.º 123/2015, de 3 de julho	Manifesto de exploração florestal de material de coníferas hospedeiras NMP
Florestal-Ambiental	1927	Decreto n.º 13658, de 23 de maio de 1927	ERC – Espécies de rápido crescimento
Florestal-Ambiental	1938	Decreto-Lei n.º 28468, de 15 de fevereiro	Regula o arranjo, incluindo o corte e a derrama, das árvores em jardins, parques, matas ou manchas de arvoredo existentes nas zonas de proteção de monumentos nacionais, edifícios de interesse público do Estado de reconhecido valor arquitectónico.
Florestal-Ambiental	1966	DL n.º 47344/66, de 25 de Novembro	Código Civil
Florestal-Ambiental	1982	Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro	Código Penal
Florestal-Ambiental	1982	DL n.º. 269/82, de 10/07	Define e classifica obras de fomento hidroagrícola
Florestal-Ambiental	1988	Decreto-Lei n.º 173/88, de 17 de Maio	Autorização prévia para o corte prematuro de povoamentos florestais de pinheiro-bravo e de eucalipto
Florestal-Ambiental	1989	Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de julho	Constituição da República Portuguesa

Florestal-Ambiental	1999	Decreto Regional n.º 13/99/A	Regime jurídico da protecção do património florestal da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/98/A, de 13 de Abril
Florestal-Ambiental	2001	Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio	Manifesto de Produção Suberícola
Florestal-Ambiental	2005	Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro	Titularidade dos recursos hídricos e servidões; no art.º 11.º, noção de margem e sua largura
Florestal-Ambiental	2018	Decreto-Lei 10/2018, de 14 de fevereiro	Clarifica os critérios aplicáveis à gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
Florestal-Ambiental	2008	Decreto Regional n.º 35/2008/M	Regime de protecção dos recursos naturais e florestais
Florestal-Ambiental	2009	Despacho n.º 15183/2009, de 6 de julho	Homologação das normas técnicas dos PGF
Florestal-Ambiental	2009	Despacho n.º 20194/2009, de 7 de setembro	Homologação das normas técnicas dos PEIF
Florestal-Ambiental	2009	D-L n.º 16/2009, de 14 de janeiro	PROF – Plano(s) Regional(ais) de Ordenamento Florestal
Florestal-Ambiental	2009	D-L n.º 16/2009, de 14 de janeiro	PEIF – Plano(s) Específico(s) de Intervenção Florestal
Florestal-Ambiental	2009	D-L n.º 16/2009, de 14 de janeiro	Aprova o Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal (PROF, PGF, PEIF)
Florestal-Ambiental	2009	D-L n.º 16/2009, de 14 de janeiro	Aprova o Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal (PROF, PGF, PEIF)
Florestal-Ambiental	2010	RCM n.º 81/2010, de 3 de novembro	Medidas para incentivar a produção e a utilização de biomassa florestal
Florestal-Ambiental	2013	Decreto - Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA)
Florestal-Ambiental	2013	D-L n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	RJAIA – Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente
Florestal-Ambiental	2013	Portaria n.º 364/2013, de 20 de dezembro	Identificação das respetivas explorações florestais e agroflorestais obrigatoriamente sujeitas a PGF, em cada PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal.
Florestal-Ambiental	2013	RCM n.º 87/2013, de 11 de dezembro	PNEPC – Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil
Florestal-Ambiental	2014	D-L n.º 27/2014, de 18 de fevereiro	ZIF – Zona(s) de Intervenção Florestal
Florestal-Ambiental	2014	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio	LBPSOTU – Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo
Florestal-Ambiental	2014	RCM n.º 28/2014, de 7 de abril	POSF – Programa Operacional de Sanidade Florestal
Florestal-Ambiental	2014	Resolução da Assembleia da República n.º 51/2014, de 12 de junho	PMDFCI – Plano(s) Municipal(ais) de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Florestal-Ambiental	2015	Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio	Declaração de pinhas
Laboral-Florestal	1982	Decreto-Lei n.º 2/82, de 5 de janeiro	Determina a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais
Laboral-Florestal	1993	Decreto-Lei n.º 128/93, de 22 de março	Prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de instrumentos de medição e de equipamentos de proteção individual
Laboral-Florestal	1993	Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de setembro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas
Laboral-Florestal	1993	Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro	Prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho
Laboral-Florestal	1993	Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro	Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de protecção individual no trabalho
Laboral-Florestal	1993	Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de outubro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor
Laboral-Florestal	1993	Portaria n.º 1131/93, de 4 de novembro	Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual
Laboral-Florestal	1993	Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro	Regulamentação das normas técnicas respeitantes às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho
Laboral-Florestal	1993	Portaria n.º 988/93, de 6 de outubro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Protecção Individual, previstas no Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro
Laboral-Florestal	1993	Portaria n.º 989/93, de 6 de outubro	Estabelece as normas técnicas de execução das prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor
Laboral-Florestal	1995	Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de junho	Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho
Laboral-Florestal	1995	Decreto-Lei n.º 214/95, de 18 de Agosto	Estabelece as condições de utilização e de comercialização de máquinas usadas,
Laboral-Florestal	1995	Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de dezembro	Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho
Laboral-Florestal	1999	Decreto-Lei n.º 159/99, de 11 de maio	Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes

Laboral-Florestal	2000	Decreto-Lei nº 291/2000, de 14 de Novembro	Regulamento de homologação dos tratores agrícolas e florestais de rodas
Laboral-Florestal	2000	Decreto-Lei nº 301/2000, de 18 de novembro	Regula a protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho
Laboral-Florestal	2000	Portaria nº 172/2000, de 23 de Março	Definição de máquinas usadas
Laboral-Florestal	2002	DL 76/02, de 26/03;	Regulamento das emissões sonoras para o ambiente do equipamento para utilização no exterior.
Laboral-Florestal	2005	Decreto-Lei nº 50/2005, de 25 de fevereiro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho
Laboral-Florestal	2006	Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro	Igualdade no acesso a emprego e no trabalho
Laboral-Florestal	2006	Decreto-Lei nº 182/2006, de 6 de setembro	Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído)
Laboral-Florestal	2006	Decreto-Lei nº 221/2006, de 8 de novembro	Estabelece as regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior
Laboral-Florestal	2006	Decreto-Lei nº 46/2006, de 24 de fevereiro	Prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes à exposição dos trabalhadores aos riscos devidos a vibrações mecânicas)
Laboral-Florestal	2007	Decreto-Lei nº 333/2007, de 10 de Outubro	Regulamento relativo ao nível sonoro à altura dos ouvidos dos condutores de tratores agrícolas ou florestais de rodas.
Laboral-Florestal	2008	Decreto-Lei nº 103/2008, de 29 de Dezembro	Regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios,
Laboral-Florestal	2009	Decreto-Lei n.º 313/2009 de 27/10	Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir (RHLC)
Laboral-Florestal	2009	Decreto-Lei nº 293/2009, de 13 de outubro	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) nº 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos
Laboral-Florestal	2009	Lei 102/2009 de 10 de setembro	Regime Jurídico da Promoção da Segurança e saúde no Trabalho;
Laboral-Florestal	2009	Lei 98/2009, de 4 de setembro	Regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais
Laboral-Florestal	2009	Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Código do trabalho
Laboral-Florestal	2009	Lei nº 102/2009, de 10 de setembro	Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho



Laboral-Florestal	2009	Lei nº 98/2009, de 4 de setembro	Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais
Laboral-Florestal	2010	Decreto-Lei nº 98/2010, de 11 de agosto	Estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente
Laboral-Florestal	2010	Portaria 55/2010, de 21 de janeiro	Conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a atividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador
Laboral-Florestal	2011	Decreto-Lei nº 81/2011, de 20 de junho	Regula elementos e características dos tratores agrícolas ou florestais de rodas
Laboral-Florestal	2011	Portaria nº 256/2011, de 5 de julho	Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respetivas
Laboral-Florestal	2012	Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho	Licença de Condução para Tratores Agrícolas
Laboral-Florestal	2012	Decreto-Lei nº 220/2012, de 10 de outubro	Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e mistura
Laboral-Florestal	2012	Decreto-Lei nº 24/2012, de 6 de fevereiro	Consolida as prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho
Laboral-Florestal	2012	Lei nº 42/2012, de 28 de agosto	Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho
Laboral-Florestal	2013	Lei n.º 76/2013, de 7 de novembro	Renovação extraordinária de contratos de trabalho a termo certo
Laboral-Florestal	2015	Decreto-Lei nº 59/2015, de 21 de Abril	Fundo de Garantia Social
Laboral-Florestal	2015	Lei nº 107/2015, de 25 de Agosto	Consolidação da legislação em matéria de direitos das associações de mulheres
Laboral-Florestal	2015	Lei nº 120/2015, de 1 de Setembro	Alteração ao Código do Trabalho, reforçando os direitos de maternidade e paternidade
Laboral-Florestal	2015	Lei nº 28/2015, de 14 de Abril	Consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade
Laboral-Florestal	2015	Lei nº 9/2015, de 11 de Fevereiro	Primeira alteração à Lei nº 14/2008, de 12 de Março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de Dezembro.
Laboral-Florestal	2015	Portaria nº 71/2015, de 10 de março	Aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde